



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

RELATÓRIO

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA - RAINT

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO 2022

Ciro José de Andrade Arapiraca
Diretor do ForoVanessa Curti Perenha Gaques
Vice-DiretoraMônica Oliveira Castro Pimenta
Diretora do Núcleo de Auditoria Interna

Equipe da Auditoria Interna:
Francisca Evanilda Lima - Supervisora da Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas
Eduardo Rodrigues Ferreira - Supervisor da Seção de Auditoria de Gestão Administrativa
Crislaine Aparecida Mendes dos Santos - Analista Administrativo - Apoio

Elaboração:
Eduardo Rodrigues Ferreira

Revisão:
Mônica Oliveira Castro Pimenta

Cuiabá/MT
2023

SUMÁRIO

1. Introdução
 - 1.1. A Unidade de Auditoria Interna
 - 1.2. Estrutura da Auditoria Interna
2. Desempenho das unidades de Auditoria em relação aos Planos de Auditoria
 - 2.1. Relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas
 - 2.2. Motivos que inviabilizaram a execução de auditorias previstas
 - 2.3. Consultorias realizadas
 - 2.4. Monitoramentos realizados
 - 2.5. Principais resultados das avaliações
 - 2.6. Outras atividades desenvolvidas
3. Os resultados do Planejamento Estratégico das unidades de Auditoria Interna
4. Os resultados do Programa de Qualidade de Auditoria - PQA
5. Ações de capacitação realizadas pelos auditores internos
6. Declaração de manutenção da independência durante a atividade de Auditoria
 - 6.1. Avaliação quanto a ocorrência ou não de restrição ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação.
7. Principais riscos e fragilidades de controle do órgão, incluindo riscos de fraude
8. Avaliação da governança institucional
9. Conclusões e expectativas
10. Encaminhamento

1. Introdução

Trata-se do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna-RAINR do exercício de 2022 da Seção Judiciária de Mato Grosso, em conformidade com a [Resolução CNJ 308/2020](#), que dispõe sobre a organização e atividades de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário e com a [Resolução CJF 677/2020](#), que dispõe sobre a instituição do Estatuto da Atividade de Auditoria Interna do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O reporte funcional e administrativo da unidade de Auditoria Interna foi estabelecido no art. 103 da [Resolução CJF 677/2020](#) e tem por objetivo informar a atuação da unidade de Auditoria Interna mediante apresentação de relatório anual das atividades exercidas, consignando ao menos o seu desempenho em relação ao Plano Anual de Auditoria - PAA e suas evidências, a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria e os principais riscos e fragilidades de controle, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional.

Dessa forma, o conteúdo inserido no presente relatório tem por base as disposições do art. 5º da [Resolução CNJ 308/2020](#) e art. 104 da [Resolução CJF 677/2020](#), as orientações da Circular TRF1-SECAU 01/2023 [18191127](#) e a execução do Plano Anual de Auditoria-PAA 2022 [14440461](#) e [15874027](#) (Alteração).

1.1. A Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna é subordinada à Diretoria do Foro - Diref/MT e no período de janeiro a dezembro/2022 contou com 04 (quatro) servidores lotados na Unidade, sendo 2 (dois) lotados no Núcleo de Auditoria Interna-Nuaud, 01 (um) na Seção de Auditoria de Gestão Administrativa-Scaug e 01 (um) na Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas-Scaup.

1.2. Estrutura (organograma) da Auditoria Interna

Em 30 de abril de 2019, foi publicada a Portaria SJMT-DIREF [8076928](#) que dispõe sobre a reorganização da estrutura no Núcleo de Controle Interno da Seção Judiciária de Mato Grosso, passando a se denominar Núcleo de Auditoria Interna vinculada à Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, conforme organograma apresentado abaixo, com as atribuições e competências do núcleo e seções vinculadas constantes na Portaria SJMT-DIREF [8076928](#).



Figura 1 - Organograma do Núcleo de Auditoria Interna.

A reestruturação da unidade de auditoria interna se deu sem o aumento efetivo da força de trabalho e sem aumento na despesa com pessoal. Assim, a unidade permaneceu com 4 (quatro) servidores, sendo dois lotados no Núcleo de Auditoria Interna-Nuauad, 1 na Seção de Auditoria de Gestão Administrativa-Seaug e outro na Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas-Seaup.

2.Desempenho da Unidade de Auditoria em Relação ao Plano de Auditoria

2.1. Relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas

O Plano Anual de Auditoria-PAA 2022 [14440461](#) e [15874027](#) (Alteração) foi elaborado em alinhamento ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e a Política de Gestão de Riscos, aos normativos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho da Justiça Federal - CJF, sendo aprovado pelo Diretor do Foro em 12/11/2021 [14440461](#) e 29/06/2022 [15874027](#).

O PAA 2022 visava operacionalizar os trabalhos da auditoria, contemplando o planejamento das auditorias, monitoramentos, consultorias e projetos com o propósito de agregar valor à gestão, implementação de controles internos eficazes, o fortalecimento das atividades de auditoria, levando em consideração a Política de Gestão de Riscos estabelecida pela [Resolução CJF nº 447/2017](#) e pela [Resolução TRF1 34/2017](#), em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal da Primeira Região - PEJF, com fundamento nos critérios da materialidade, relevância, criticidade e risco, com vistas a permitir o estabelecimento da escala de prioridades.

Foram planejadas 32 (trinta e duas) ações, que foram divididas entre auditorias, monitoramentos, acompanhamentos e projetos, os quais constam nos Quadros 1 e 2 deste Relatório.

Outro aspecto relevante que impactou na execução das atividades do PAA/2022 foi a constante necessidade de treinamento e capacitação dos servidores novatos, lotados no Nuauad em 01/04/2022.

O quadro abaixo apresenta o detalhamento das ações de auditoria previstas e realizadas.

Quadro 1 - RELAÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS E ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

ACÕES	ATIVIDADES PLANEJADAS	ATIVIDADES REALIZADAS	SITUAÇÃO
Auditoria de Contas referente ao exercício de 2022 e elaboração do Certificado da Unidade de Auditoria Interna que conclui a Auditoria de Contas de 2022.	Assegurar que as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro, bem como que as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pela UPC estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos	Avaliadas as demonstrações contábeis da SJMT em 31/12/2022 e as transações subjacentes, de acordo com as normas pertinentes à matéria, como determina a IN/TCU nº 84/2020 . Contas Regulares, Relatório Final e Certificado de Auditoria Anual de Contas publicados no Portal da transparência da SJMT PAe nº 0004249-86.2022.4.01.8009 (Auditoria)	Realizada
Avaliação dos aspectos contábeis que envolvem os bens classificados como intangíveis.	Avaliar se os registros contábeis dos bens intangíveis estão em conformidade com as normas e com a estrutura do relatório financeiro aplicável e se estão isentos de erros.	Avaliada a conformidade e a regularidade dos registros contábeis de bens intangíveis (<i>softwares</i>) pertencentes à JFMT. Relatório Final nº 17374558 PAe. 0005446-76.2022.4.01.8009	Realizada
Auditoria da folha de pagamento 2022	Avaliar a conformidade dos procedimentos para o pagamento de pessoal bem como os controles internos administrativos existentes, por meio de rubricas selecionadas que compõem a folha de pagamento de magistrados e servidores	Avaliação dos procedimentos e dos pagamentos referente à substituição e à indenização de Transporte, a fim de verificar se estão de acordo com a legislação vigente. (PAe SEI n. 0005640-76.2022.4.01.8009) Auditoria relativa às Contas Anuais Financeira integrada com Conformidade, exercício 2022 - VPNI-Quintos/Décimos (PAe SEI n. 0004559-92.2022.4.01.8009)	Realizada
Auditoria na prestação de assistência à saúde de servidores e magistrados	Avaliar a aderência dos ajustes destinados à prestação de assistência à saúde	Avaliada a efetividade dos controle internos e a conformidade da concessão e pagamento do auxílio saúde. Relatório Final da Auditoria: 17276153	Realizada
Avaliação da conformidade dos atos administrativos relacionados à Concessão de Aposentadorias e Pensões, sujeitos ao registro no TCU.	Certificar a regularidade e emitir parecer sobre a legalidade nos procedimentos administrativos de concessão de aposentadorias e pensões.	Avaliados 07 (sete) processos, sendo 06 de aposentadoria e um de pensão: 0002542-83.2022.4.01.8009 0005696-12.2022.4.01.8009 0002535-91.2022.4.01.8009 0006032-16.2022.4.01.8009 0001068-77.2022.4.01.8009 0001242-86.2022.4.01.8009 0002929-98.2022.4.01.8009	Realizada
Acompanhamento e conferência das atualizações do Rol de Responsáveis	Acompanhar as atualizações do Rol de Responsáveis no SIAFI, para a inclusão dos dados no Portal da Transparência da Seccional	Acompanhados e conferidos os lançamentos no SIAFI e no Portal da Transparência: PAe nº 0004659-47.2022.4.01.8009 (Auditoria)	Realizada
Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA 2023	Direcionar o desenvolvimento dos trabalhos do Nuauad com vistas a avaliar o Relatório de Gestão do exercício anterior; a governança; a gestão de riscos; o cumprimento do planejamento estratégico e dos planos institucionais; a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial, de tecnologia da informação e de gestão de pessoas, sob os aspectos da efetividade, economicidade, eficiência e eficácia; orientar os gestores quanto à adoção de boas práticas; e no desempenho da missão institucional	A atividade de elaboração do PAA 2023 foi registrada no PAe SEI nº. 0005082-07.2022.4.01.8009	Realizada
Verificação das decisões, acordões e orientações, bem como dos questionários de governança do Tribunal de Contas da União - TCU, para fins de aplicação e cumprimento na Seccional	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acordões, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional		Realizada
Acompanhamento contínuo - Exame dos Alertas-Alice CGU (Análise de Licitações e Editais), oriundos de e-mails automáticos enviados pelo sistema Alice da CGU, como ferramenta de auditoria preventiva em licitações	Analisar preventivamente licitações, por meio da ferramenta Alice da CGU (Análise de Licitações e Editais), em apoio à gestão na prevenção de possíveis impactos	O sistema Alice emitiu o total de 19 alertas para pregões eletrônicos publicados no ano de 2022, mas que não apontaram qualquer irregularidade, sendo os alertas apenas de verificação dos valores estimados, conforme PAe SEI n. 0003482-48.2022.4.01.8009	Realizada
Acompanhamento - diligências do TCU relacionadas à área de licitações e contratos da SJMT, por meio do sistema Conecta-TCU	Acompanhar e conferir os documentos e as informações prestadas pelas áreas de gestão administrativa e de governança judiciária da Seccional em face de diligências do TCU.	Embora consultado regularmente o sistema, não foram encontradas quaisquer determinações, recomendações e científicações no decorrer do ano de 2022	Realizada

Acompanhamento no sistema e-Pessoal / TCU para identificar lançamentos e arquivamento de possíveis indícios de irregularidade identificados pelo TCU nas fiscalizações de folhas de pagamento.	Avaliar e acompanhar o cadastramento dos indícios de possíveis irregularidade informados pelo TCU, as justificativas da SJMT e a instrução dos processos eletrônicos.	O sistema e-Pessoal apontou possíveis irregularidades nos processos abaixo relacionados, os quais foram todos analisados pelo Núcleo de Auditoria, encaminhados aos setores responsáveis para esclarecimentos e, por fim, devolvidos ao TCU pelo sistema: 0002929-98.2022.4.01.8009 0001589-22.2022.4.01.8009 0001160-55.2022.4.01.8009 0006032-16.2022.4.01.8009	Realizada
--	---	---	-----------

2.2. Motivos que inviabilizaram a execução de auditorias previstas

As ações previstas originalmente no Plano Anual de Auditoria do exercício de 2022 ([14440461](#)) foram reavaliadas no decorrer do exercício e houve proposta de revisão aprovada pela Diref ([15874027](#)). Dessa forma, todas as ações autorizadas no documento de revisão foram realizadas.

2.3. Consultorias realizadas

O Nuaud/MT contribuiu mediante atendimento e prestação de esclarecimentos de dúvidas e consultas para a melhoria dos processos de trabalho das seções e núcleos administrativos, respeitando os limites impostos pelas normas vigentes especialmente pela [Resolução CNJ nº 309/2020](#).

As consultorias abarcaram os seguintes temas:

- Análise de pagamentos, devoluções e acertos referentes a exercícios anteriores;
- Regularização de indícios no sistema e-Pessoal TCU;
- Monitoramento periódico do portal da transparência em atendimento à IN TCU 84/2020 (Trimestral);
- Ato de pensão civil - inicial enviado ao TCU - servidor;
- Análise de alertas do sistema Alice - CGU;
- Licitações e Contratos;
- Gestão de pessoas.

A ação de consultoria em elaboração de planilha de custos e formação de preços, tendo como uma de suas finalidades disponibilizar na forma de anexo aos editais de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra não foi realizada, uma vez que os servidores da área administrativa da Seção Judiciária de Mato Grosso e Subseções vinculadas participaram do curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, ministrado pelo servidor da Seção Judiciária do Acre, Francisco Paulo Mesquita do Nascimento, no período de 26/09/2022 a 10/11/2022, conforme PAe SEI nº. [0004325-13.2022.4.01.8009](#).

O curso, que é muito completo, foi dividido em 04 (quatro) Módulos, sendo os seguintes:

1. Elaboração e Julgamento da Planilha de Custos e Formação de Preços: Reflexos do direito do Trabalho, Tributário e Previdenciário;
2. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos: Teoria e Métodos de Trabalho;
3. Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação: Do provisionamento à liberação de valores;
4. Retenção de Impostos e Contribuições no processo de Contratação Pública

O módulo do curso Elaboração e Julgamento de Planilha de Custos e Formação de Preços contou com a carga horária de 15 horas e teve a participação de 17 servidores da área administrativa, sendo que ao final do curso foi disponibilizado além da apostila do curso, o [Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ](#) e uma Planilha de Custos editável, que pode ser utilizada para qualquer contratação de terceirização de serviços.

Desse modo, considerando a abrangência do curso, tanto em relação ao conteúdo ministrado quanto ao número de servidores alcançados pela capacitação, e a qualidade dos materiais disponibilizados, entendeu-se não ser mais necessária a consultoria em elaboração de planilha de custos e formação de preços, já que a finalidade da consultoria foi melhor atingida com a capacitação dos servidores e a disponibilização dos materiais já citados.

2.4. Monitoramentos realizados

Quadro 2 - AÇÕES DE MONITORAMENTO

DESCRIÇÃO/AÇÃO PREVISTA NO PAA 2022	RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS/RESULTADOS
Mapear o grau de acessibilidade dos órgãos do Poder Judiciário e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do acesso à Justiça às pessoas com deficiência. PAe 0004336-76.2021.4.01.8009	Relatório Final de Auditoria: 14534599 12 (doze) recomendações: Criação de Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade; Capacitações do âmbito da Seção Judiciária de Mato Grosso sobre temas relativos a acolhimento, direitos, atendimento e cotidiano de pessoas com deficiência; Capacitações periódicas e regulares em Libras, acompanhadas de ações que estimulem a efetiva participação de servidores para alcance do percentual de 5% dos servidores da SJMT; Promover a inclusão nos editais de prestação de serviços terceirizados que envolvam atendimento ao público. 11 EM IMPLEMENTAÇÃO e 01 IMPLEMENTADA
Verificar se as rotinas no recebimento, aceite, eserturação e distribuição de materiais obedecem à legislação vigente, e observar o armazenamento dos produtos e logística da entrega para atendimento das necessidades da Seccional. PAe 0003334-71.2021.4.01.8009	Relatório de Inspeção em Almoxarifado: 13181853 01 (uma) recomendação: realizar inventário quantitativo dos bens materiais estocados e que posteriormente seja regularizada a divergência encontrada. O inventário recomendado foi realizado pela Comissão de Inventário de Bens Físico e Analítico de Material de Consumo, conforme PAe SEI n. 0008238-37.2021.4.01.8009 IMPLEMENTADA
Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria Compartilhada com as Seccionais AM, AP, MA, MT e RO sobre Gestão de Tecnologia da Informação. - PAe 0005312-54.2019.4.01.8009	Relatório de Auditoria: 8940540 Matriz de Achados: 9039306 05 (cinco) recomendações Relatório da Auditoria Compartilhada sobre Gestão de Tecnologia da Informação (9391905) Relatório de Monitoramento de Auditoria (17075046) 02 IMPLEMENTADAS e 03 JUSTIFICADAS
Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria PAe 0000965-41.2020.4.01.8009 - Auditoria sobre a gestão dos encargos trabalhistas e da conta vinculada	Relatório Final de Auditoria: 12459860 18 (dezoito) recomendações: Promover a capacitação de fiscais de contratos responsáveis pela elaboração dos cálculos de retenção dos encargos trabalhistas; Providenciar a regularização dos cálculos de retenção referente aos contratos n. 15/2018 e 02/2020; Providenciar a revisão dos valores retidos dos contratos que ainda não sofreram liberação de recursos da conta-depósito vinculada 07 IMPLEMENTADAS, 01 JUSTIFICADA e 10 EM IMPLEMENTAÇÃO
Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria PAe 0005030-16.2019.4.01.8009 - Auditoria de Licitações e Contratações 2019	Relatório Final de Auditoria: 10239935 06 (seis) recomendações: 13009361 03 IMPLEMENTADAS e 03 EM IMPLEMENTAÇÃO

Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria Pae 0006055-93.2021.4.01.8009 - Auditoria de Contas referente ao exercício de 2021	Relatório Final de Auditoria: 15268839 01 (uma) recomendação: Anexar aos autos, informações sobre as providências adotadas para realização dos descontos da contribuição previdenciária dos requisitados, na rubrica 511100 - RGPS/INSS, calculados sobre os valores recebidos do órgão de origem e sobre o valor da função comissionada recebida nesta seccional; nos termos dos arts.54 e 64, da Instrução Normativa RFB n. 971/2009 (PAc SEI n. 0006839-70.2021.4.01.8009) IMPLEMENTADA
Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2018 PAc 0002249-21.2019.4.01.8009 - Auditoria Compartilhada sobre a Averbação de Tempo de Contribuição / Serviço	Relatório de Auditoria de Gestão: 8256220 90 (noventa) recomendações Relatório de Auditoria de Gestão, peça integrante do processo de contas, contendo o resultado dos exames dos atos e fatos da gestão praticados sob a responsabilidade dos dirigentes arrolados no Rol de Responsáveis, referentes ao exercício de 2018 89 (oitenta e nove) IMPLEMENTADAS e 01(uma) EM IMPLEMENTAÇÃO
Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria PAc 0007173-46.2017.4.01.8009 - Auditoria Compartilhada sobre a Averbação de Tempo de Contribuição / Serviço	Relatório Final de Auditoria: 5745157 08 (oito) recomendações A auditoria teve por objetivo verificar se as averbações de tempo de contribuição/serviço de servidores foram efetuadas em consonância com a legislação que rege a matéria, a fim de corrigir eventuais impropriedades que possam repercutir nas aposentadorias de servidores desta Seção Judiciária de Mato Grosso. 01 (uma) EM IMPLEMENTAÇÃO
Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria Pae - Folha de Pagamento 2020 - PAc 0006234-61.2020.4.01.8009	Relatório Final de Auditoria: 13870475 19 (dezenove) recomendações A Auditoria teve por finalidade examinar os pagamentos relativos às folhas ordinárias e suplementares da Seção Judiciária de Mato Grosso realizados no exercício de 2020. IMPLEMENTADA
Monitorar as implementações das recomendações do Relatório de Auditoria - Folha de Pagamento 2021 - 0003201-29.2021.4.01.8009	Relatório Final: 13354444 01 (uma) recomendação Avaliar a regularidade dos pagamentos efetuados pela Sistema da Folha de Pagamento de Pessoal, referente ao pagamento das despesas de exercícios anteriores dos passivos acima de R\$ 5.000,00, atualizados monetariamente até o mês de novembro 2020 (PAc SEI n. 0003201-29.2021.4.01.8009) IMPLEMENTADA

2.5. Principais resultados das avaliações

Diante das avaliações realizadas no exercício de 2022, conclui-se que a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de pessoas e de tecnologia da informação e comunicação/TIC, na maioria dos processos de trabalho possui mecanismos de controles razoáveis e adequados que garantem confiabilidade dos atos praticados pelos gestores.

Observou-se ainda que as unidades auditadas buscaram aperfeiçoar os instrumentos de controles internos com vistas a minimizar riscos e atingir os objetivos organizacionais. Soma-se a isso, a extensa experiência e qualificação dos servidores lotados em todas as unidades administrativas auditadas.

2.6. Outras atividades desenvolvidas

1. Autuação do PAc [0004921-94.2022.4.01.8009](#) para manifestação das unidades administrativas sobre levantamento apontando inconsistências nas publicações da página Transparência da JFMT;
2. Examinar os indícios de irregularidades originados da crítica automática do sistema e-Pessoal do TCU, com base nas folhas de pagamento de servidores e magistrados da 1ª Região lançadas no referido sistema;
3. Avaliação da conformidade dos processos administrativos que tratam de concessão de pensão e aposentadoria de magistrados e servidores, sujeitos a registro pelo TCU;
4. Análise de processos referente a concessão de benefício especial a servidores e magistrados, conforme PAc SEI n. [0004872-92.2018.4.01.8009](#), [0004814-89.2018.4.01.8009](#) e [0002006-77.2019.4.01.8009](#).

3. Os resultados do Planejamento Estratégico das Unidades de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna da SJMT elaborou [Plano de Auditoria de Longo Prazo 2022-2025 \(14411512\)](#), que foi consolidado pela Secretaria de Auditoria do TRF1 ([14338936](#)), encaminhado ao Conselho de Administração do Tribunal e aprovado, na sessão de 18/11/2021, conforme certidão de julgamento nº [14511085](#).

As ações de auditoria e consultoria ocorreram nas áreas de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; gestão documental; governança e gestão de pessoas e de contratações.

4. Resultados do Programa de Qualidade de Auditoria - PQA

O [Programa de Avaliação de Qualidade de Auditoria Interna/PA-AUD](#), determinado ao Poder Judiciário pela [Resolução CNJ nº 309/2020](#) e instituído no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus pela [Resolução CJF 678/2020](#), tem o objetivo de avaliar a qualidade, produzir informações gerenciais e promover a melhoria contínua da atividade de Auditoria Interna.

No entanto, a Seção Judiciária de Mato Grosso ainda não aderiu ao programa de avaliação de qualidade de auditoria interna, sendo estes um dos projetos previstos para serem implantados em 2023, conforme PAA 2023 [17122179](#).

5. Ações de capacitação realizadas pelos auditores internos

As ações de capacitação seguiram os principais temas que foram estabelecidos no Plano Anual de Capacitação/PAC-Aud para o exercício de 2022 ([14439896](#)).

As ações foram classificadas e agrupadas de acordo com as seguintes áreas de capacitação:

AUDITORIA E PROFISIONALISMO	Cursos e eventos relacionados ao desenvolvimento de competências necessárias para demonstrar autoridade, credibilidade e conduta ética essenciais para uma auditoria interna de valor.
TÉCNICAS DE GESTÃO, LIDERANÇA E INOVAÇÃO	Cursos e eventos realizados com o propósito de desenvolver competências necessárias para oferecer direção estratégica, comunicar-se com eficácia, manter relacionamentos e gerenciar a equipe e os processos de auditoria interna, bem como ações voltadas a habilitar os servidores para utilização de metodologias de gestão e técnicas de trabalho relacionados às atividades realizadas e voltadas a desenvolver atitudes desejáveis para o exercício das atribuições
FERRAMENTAS E NORMAS DE TRABALHO DE AUDITORIA	Cursos voltados a desenvolver competências relacionadas ao planejamento e à execução dos trabalhos de auditoria interna em conformidade com as normas, abrangendo o conhecimento (em sentido amplo) em governança organizacional, gestão de risco, controle interno, trabalho de campo e resultados
FERRAMENTAS E NORMAS DE TRABALHO ADMINISTRATIVO	Cursos voltados à capacitação para utilização de ferramentas de trabalho, como ferramentas de extração e análises de dados, sistemas operacionais e normas internas do Tribunal
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, CONTÁBIL E PATRIMONIAL	Ações voltadas ao desenvolvimento de conhecimento técnico relacionado a orçamento, finanças, contabilidade e patrimônio público, incluindo leis e regulamentos aplicáveis e sistemas informatizados
GESTÃO DOCUMENTAL (ENGLONANDO LGPD E LAI)	Ações voltadas à capacitação técnica relacionada a normas, regulamentos e diretrizes da gestão de processos e documentos institucionais
GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS	Ações voltadas ao desenvolvimento de conhecimento técnico relacionado a governança e gestão de pessoas, às normas e regulamentos aplicáveis
GOVERNANÇA E GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Ações voltadas ao desenvolvimento de conhecimento técnico relacionado a referenciais de governança de TI, eficiência e eficácia dos processos de trabalho atinentes à área de TI, às normas e aos regulamentos aplicáveis
GOVERNANÇA E GESTÃO EM SUSTENTABILIDADE	Ações voltadas ao desenvolvimento de conhecimento técnico relacionado a Política de Sustentabilidade e Plano de Logística Sustentável – PLS, instrumento que deverá envolver as dimensões ambiental, social e econômica, bem como às normas e regulamentos aplicáveis

GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA (ENGLOBANDO AVALIAÇÃO DE RESULTADOS)	Ações voltadas ao conhecimento técnico relacionado a estrutura de Governança Institucional, cumprimento do Planejamento Estratégico Institucional, avaliação dos resultados, gestão dos riscos dos processos de trabalho e controles internos administrativos do órgão, bem como a Integridade Institucional, em particular, a Resolução CNJ 410/2021
GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES	Ações voltadas ao desenvolvimento de conhecimento técnico relacionado aos instrumentos de Governança das Contratações previstos nos normativos vigentes, bem como à transição para os procedimentos do novo regime jurídico das contratações públicas estabelecido pela Lei n. 14.133/2021
GESTÃO DE PRECATÓRIOS E RPVS	Ações voltadas ao desenvolvimento de conhecimento técnico relacionado ao processo de trabalho de gestão de precatórios e requisições de pequeno valor e às normas e regulamentos aplicáveis

Quadro 3 - CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIDADE DE AUDITORIA

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS EM 2022			
SERVIDOR	DESCRIÇÃO	TEMAS	C.H.
Mônica Oliveira Castro Pimenta	Workshop comunicação não violenta	Técnicas de gestão, liderança e inovação	15
	Elaboração de relatório de auditoria - PAE: 0002105-42.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	24
	Nova lei de licitações: seleção do fornecedor e procedimentos auxiliares	Governança e gestão das contratações	12
	Auditoria baseada em risco - Etapa I - PAE: 0002105-42.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	25
	Auditoria baseada em risco - Etapa II - PAE: 0002105-42.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	25
	Consultoria em auditoria	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	20
	Curso de averbação do tempo de serviço/contribuição	Governança e gestão de pessoas	16
	Aplicação da lei geral de proteção de dados (LGPD) no Judiciário - Teoria e prática	Gestão documental	15
	Planilha de custos e formação de preços - Módulo I	Governança e gestão das contratações	15
	Gestão de fiscalização de contratos administrativos - Módulo II	Governança e gestão das contratações	15
	Conta depósito vinculada - Módulo III	Governança e gestão das contratações	9
	Retenção de impostos e contribuições no processo de contratação pública - Módulo IV	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial	12
	Inteligência emocional e segurança psicológica no ambiente profissional	Governança e gestão de pessoas	8
	Auditoria em folha de pagamento no setor público	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	20
SUBTOTAL			231
Francisca Evanilda Lima	Questões polêmicas de legislação de pessoal- Jurisprudência dos tribunais superiores-STF,TCU e CNJ(atualização do RJU-Lei 8112/90)-PAE:	Governança e gestão de pessoas	16
	Consultoria em auditoria-PAE: 0001179-61.2022.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	20
	Curso de averbação de tempo de serviço/contribuição	Governança e gestão de pessoas	16
	Auditoria em folha de pagamento no setor público	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	20
	SUBTOTAL		
Crislaine Aparecida Mendes Santos	Questões polêmicas de legislação de pessoal- Jurisprudência dos tribunais superiores-STF,TCU e CNJ(atualização do RJU-Lei 8112/90)-PAE: 001394-37.2022.4.01.8009	Governança e gestão de pessoas	16
	Nova lei de licitações: seleção do fornecedor e procedimentos auxiliares	Governança e gestão das contratações	12
	Tesouro Gerencial - PAE:0002808-70.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de Auditoria	60

	Consultoria em auditoria	Ferramentas e normas de trabalho de Auditoria	20
	Educação financeira e previdenciária	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial	6
	Planilha de custos e formação de preços – Módulo I	Governança e gestão das contratações	15
	Workshop online sobre acessibilidade no setor público	Governança e gestão estratégica	04
	SUBTOTAL		133
Eduardo Rodrigues Ferreira	Contabilidade com foco na gestão de patrimônio público – PAE:6813-38.2022.4.01.8009	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial	21
	Elaboração de relatório de auditoria – PAE: 0006813-38.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	24
	Nova lei de licitações: seleção do fornecedor e procedimentos auxiliares – PAE: 1951-24.2022.4.01.8009	Governança e gestão das contratações	12
	Auditoria baseada em risco – Etapa I – PAE: 0006813-38.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	25
	Auditoria baseada em risco – Etapa II – PAE: : 0006813-38.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	25
	Consultoria em auditoria	Ferramentas e normas de trabalho de auditoria	20
	A previdência social dos servidores públicos: regime próprio e regime de previdência – PAE: 0006813-38.2022.4.01.8009	Governança e gestão de pessoas	30
	Siafi Básico – PAE: : 0006813-38.2022.4.01.8009	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial	35
	Planilha de custos e formação de preços – Módulo I	Governança e gestão das contratações	15
	Gestão de fiscalização de contratos administrativos – Módulo II	Governança e gestão das contratações	15
	Conta depósito vinculada – Módulo III	Governança e gestão das contratações	9
	Retenção de impostos e contribuições no processo de contratação pública – Módulo IV	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial	12
	Gestão de riscos em processos de trabalho - PAE: : 0006813-38.2022.4.01.8009	Ferramentas e normas de trabalho de Auditoria	20
	SUBTOTAL		263

6. Declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria

Os servidores da Unidade de Auditoria Interna declaram que, na execução dos trabalhos durante o exercício de 2022, atuaram de forma independente e objetiva, permaneceram livres de interferências ou influências na seleção dos temas, na determinação do escopo, na execução dos procedimentos e no julgamento profissional, na comunicação dos resultados e no monitoramento das recomendações expedidas, como dispõe a [Resolução CNJ nº 309/2020](#), o que demonstra que a alta administração entende o papel da terceira linha exercido pelo Nuaud.

6.1. Avaliação quanto a ocorrência ou não de restrição ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação

Não foi observada durante os trabalhos de auditoria nenhuma restrição ao acesso a documentos, físicos ou digitais, sistemas eletrônicos, bancos de dados, dependências dos edifícios, bens e quaisquer informações necessárias à avaliação dos objetos das auditorias, inspeções ou fiscalizações. Todas as solicitações foram fornecidas aos membros da equipe de auditoria, tanto pelos responsáveis pelas áreas auditadas, como pelos dirigentes da Seccional

7. Os principais riscos e fragilidades de controle, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional

Não foram identificadas fragilidades relevantes de controle, incluindo riscos de fraude e avaliação da governança institucional. No curso dos processos analisados, quando identificadas inconsistências ou falhas de controle, foram emitidas recomendações de auditorias à gestão, sendo objeto de monitoramento em processo específico para essa finalidade.

A maior fragilidade ainda reside no sistema Oracle utilizado pela Seção de Cadastro e Seção de Pagamentos, que por muitas vezes não gera informações confiáveis e apresenta erros nos relatórios de suporte utilizados pela Seção de Pagamentos, que acaba tendo que elaborar controles manuais e paralelos ao sistema Oracle.

Importante citar também o quadro de servidores reduzido para o atendimento da demanda de atividades e atribuições que devem ser desempenhadas pelas unidades da SIMT.

8. Avaliação da governança institucional

Segundo a INTOSAI, 2007 - *O desafio da governança nas organizações públicas é determinar quanto risco aceitar na busca do melhor valor para os cidadãos e outras partes interessadas, o que significa prestar o serviço de interesse público da melhor maneira possível, equilibrando riscos e benefícios*. Desse modo, a **gestão de riscos** é o instrumento da governança capaz de enfrentar esse desafio.

Com a finalidade de aprimorar a governança e a gestão, no âmbito da 1ª Região, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região editou a Resolução Presi [11416629](#), que instituiu o Sistema de Governança da Justiça Federal da 1ª Região com base nos princípios da efetividade, geração de valor, proibidade, responsabilidade, transparência, participação democrática, flexibilidade, inovação e legalidade.

As instâncias de governança de gestão da Justiça Federal da 1ª Região são compostas pelas Instâncias internas de governança, Instâncias internas de apoio à governança, Instâncias externas de governança, Instâncias externas de apoio à governança e Instâncias internas de gestão. A Auditoria Interna está inserida nas Instâncias internas de apoio à governança, cujas responsabilidades incluem a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

A governança é responsável por definir e comunicar a estratégia à gestão, por meio de mecanismos de liderança, estratégia e controle que promovam o direcionamento, o monitoramento e a avaliação da gestão de forma clara e objetiva.

São mecanismos de governança: a liderança exercida pela governança, a estratégia que é estabelecida pela governança, com a participação de todos, e o controle da governança sobre a gestão.

Há ressaltar que a instituição da gestão de riscos na Seccional ([RESOLUÇÃO PRESI 34/2017](#)) encontra-se ainda em processo de implementação, conforme PAe SEI N. [0002775-85.2019.4.01.8009](#).

Ante o exposto, infere-se que, para o aprimoramento da governança e da gestão, a Administração necessitará, inicialmente, capacitar os agentes públicos e reestruturar as instâncias de governança de gestão para que os colaboradores que

propulsionam as engrenagens do sistema de governança e gestão sejam capazes de definir e avaliar a estratégia e as políticas, garantindo que atendam sempre ao interesse público, assim como monitorar a conformidade e o desempenho dessas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.

9. Conclusões e expectativas

Em conformidade com os padrões profissionais de auditoria aplicada ao setor público, as atividades da unidade de Auditoria Interna, por meio do Plano Anual de Auditoria Interna 2022, utilizaram a abordagem e seleção de áreas, temas ou objetos baseados em risco, relevância e criticidade, com o propósito de verificar se os controles internos administrativos adotados pela gestão contribuíram no alcance do adequado registro dos atos e fatos da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, em apoio à prestação de contas e transparência da gestão e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis estavam em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis e aos princípios de administração pública que disciplinam a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Por todo o exposto, embora identificadas inconsistências pontuais, conforme evidenciado na condução trabalhos, para as quais foram expedidas recomendações de medidas corretivas e preventivas, a equipe de auditoria conclui que os controles internos adotados pela gestão fornecem segurança razoável de suporte ao alcance dos objetivos relacionados à conformidade com as normas, desempenho ou resultados, adequação das demonstrações contábeis e gestões orçamentária, financeira e patrimonial da unidade prestadora de contas.

10. Encaminhamento

Com as informações apresentadas, submete-se o presente relatório à aprovação do Exmo. Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, propondo posterior encaminhamento à Secretaria de Auditoria Interna do TRF1, para consolidação para consolidação de dados e apresentação ao Conselho de Administração do Relatório de Atividades da Auditoria Interna / RAIN-2022

Eduardo Rodrigues Ferreira
Supervisor da Seção de Auditoria da Gestão Administrativa

Cristaine Aparecida Mendes dos Santos
Analista Administrativo - Apoio

Francisca Evanilda Lima
Supervisora da Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas

Mônica Oliveira Castro Pimenta
Diretora do Núcleo de Auditoria Interna - Nuaud/SJMT



Documento assinado eletronicamente por **Monica Oliveira Castro Pimenta, Diretor(a) de Núcleo**, em 02/06/2023, às 19:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Rodrigues Ferreira, Supervisor(a) de Seção**, em 02/06/2023, às 19:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristaine Aparecida Mendes dos Santos, Supervisor(a) de Seção em exercício**, em 02/06/2023, às 20:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **18231461** e o código CRC **A58A49D5**.